



Periódico Formativo

do Núcleo de Apoio e
Desenvolvimento Docente



Nadd.edu

Publicação on-line bimestral
Nº 10 - Ano 3 / Jun. 2026

unifev docente

Nadd - Núcleo de Apoio e
Desenvolvimento Docente

COMPETÊNCIAS FORMATIVAS E O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Dr. Anderson Bençal Indalécio

A rápida expansão das ferramentas de Inteligência Artificial (IA) tem provocado transformações significativas nos processos educacionais, exigindo uma revisão das competências necessárias à formação acadêmica e profissional. Embora a IA ofereça oportunidades importantes para ampliar o acesso à informação, personalizar experiências de aprendizagem e otimizar tarefas, seu uso demanda uma postura crítica, ética e reflexiva.

Nesse cenário, uma das principais competências formativas do século XXI consiste em desenvolver a capacidade de dialogar com as tecnologias sem transferir a elas a responsabilidade pelo pensamento humano. A facilidade de obtenção de respostas prontas pode gerar uma falsa percepção de aprendizagem, comprometendo processos fundamentais como a análise, a argumentação, a criatividade e a autonomia intelectual.

Mais do que aprender a utilizar ferramentas digitais, torna-se indispensável compreender seus limites, potencialidades e implicações sociais. O estudante precisa desenvolver competências relacionadas à curadoria da informação, à verificação de fontes, à interpretação contextualizada dos dados e à tomada de decisões fundamentadas em critérios científicos e éticos.

Freire (1996) já alertava que ensinar não significa transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção e reconstrução. Essa premissa permanece atual diante da Inteligência Artificial: a tecnologia deve atuar como instrumento de apoio, e não como substituta dos processos humanos de aprendizagem, investigação e produção do conhecimento.

Da mesma forma, a Unesco (2023) ressalta que a integração da IA à educação deve estar acompanhada do desenvolvimento do pensamento crítico, da cidadania digital e da responsabilidade social. Assim, a construção de competências formativas passa a envolver não apenas o domínio técnico das ferramentas, mas, sobretudo, a capacidade de utilizá-las de maneira consciente, ética e humanizada.

Em uma sociedade cada vez mais mediada por algoritmos, formar sujeitos competentes significa preservar aquilo que continua sendo exclusivamente humano: a sensibilidade, a criatividade, a reflexão crítica e o compromisso com a transformação social.

Referência

Paulo Freire. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 68. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

UNESCO. **Guidance for generative AI in education and research**. Paris: Unesco, 2023.

O QUE LEVAMOS DE UMA TURMA

Me. Camilo Augusto Giamatei Esteluti

Ao final de um semestre, costumamos avaliar conteúdos ministrados, atividades realizadas e resultados alcançados. No entanto, há algo na experiência docente que escapa aos relatórios e às planilhas: aquilo que cada turma deixa em nós. Ensinar nunca é um movimento unilateral. Ao longo das aulas, o professor também é atravessado por perguntas inesperadas, silêncios significativos, conflitos, descobertas e modos distintos de olhar para o mundo.

Cada turma possui uma dinâmica própria, uma forma singular de ocupar o espaço da aula e de responder às propostas pedagógicas. Há grupos que desafiam o professor intelectualmente; outros exigem mais escuta, paciência e mediação. Em muitos casos, são justamente as dificuldades do percurso que provocam revisões importantes na prática docente, levando o professor a reconsiderar estratégias, ritmos e até certezas anteriormente consolidadas.

Jorge Larrosa Bondía (2002, p. 21) afirma que “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. A docência, nesse sentido, é também experiência: algo que transforma não apenas os alunos, mas igualmente quem ensina. Nem sempre percebemos isso no cotidiano acelerado do semestre, mas certas turmas permanecem conosco justamente porque modificam nossa maneira de compreender o ensino e a própria relação com o conhecimento.

António Nóvoa (1992) destaca que a formação docente não se constrói apenas por meio de cursos ou técnicas pedagógicas, mas também nas experiências vividas ao longo da trajetória profissional. Cada encontro em sala de aula deixa marcas que, pouco a pouco, passam a compor a identidade do professor.

Talvez seja essa uma das singularidades da docência: raramente conseguimos medir, no instante da aula, o alcance real do que aconteceu ali. Algumas experiências parecem pequenas enquanto acontecem, mas permanecem silenciosamente conosco muito depois do encerramento do semestre. Uma pergunta feita sem pretensão, uma conversa após a aula, um aluno que lentamente encontra sua voz... há acontecimentos pedagógicos que só ganham sentido com o tempo.

Ensinar também é conviver com aquilo que não se conclui completamente. As turmas seguem seus caminhos, os encontros terminam, mas algo continua reverberando na memória do professor, modificando sua escuta, sua sensibilidade e até sua maneira de ocupar a sala de aula. Talvez por isso a docência seja menos sobre controlar resultados e mais sobre construir presenças que permanecem, ainda que discretamente, na trajetória dos outros. E na nossa própria.

Referência


BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 2019.

**A IDENTIDADE DO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR: UM PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO**

**THE IDENTITY OF HIGHER EDUCATION TEACHERS: A PROCESS OF
CONSTRUCTION**

**LA IDENTIDAD DEL DOCENTE DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR: UN PROCESO DE
CONSTRUCCIÓN**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n5-121>

A IDENTIDADE DO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE UM PROCESSO EM PERMANENTE CONSTRUÇÃO

Ma. Giovana Regina da Silva Cristante

A docência universitária tem sido atravessada por transformações muito em função das mudanças sociais, tecnológicas e institucionais que caracterizam a educação contemporânea. Apesar da ampliação das discussões sobre formação docente na educação básica, ainda são relativamente escassos os estudos voltados à compreensão da identidade profissional do professor do Ensino Superior. Nesse contexto, o artigo apresenta sua contribuição ao discutir os possíveis elementos que são constitutivos da identidade docente universitária, compreendendo-a como um fenômeno dinâmico, inacabado e influenciado por múltiplas dimensões: pessoal, social, histórica e institucional.

A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, analisou produções científicas publicadas entre 2014 e 2023, organizando a discussão em três eixos principais: identidade docente, prática pedagógica e habilidades socioemocionais. Os resultados demonstram que a formação inicial, frequentemente centrada no domínio de conteúdos específicos, não é suficiente para consolidar a identidade profissional do professor universitário. Tal processo é construído ao longo da trajetória acadêmica e profissional, por meio das experiências vividas, das relações estabelecidas com estudantes e colegas, da reflexão sobre a prática pedagógica e das demandas institucionais.

Embora a titulação acadêmica seja bastante valorizada para o exercício da docência universitária, o estudo demonstra que o desenvolvimento de competências didáticas e pedagógicas são (ou deveriam ser) igualmente importantes. Essa constatação aponta para uma contradição presente no cenário educacional brasileiro: espera-se que o docente seja capaz de promover aprendizagens significativas, mas nem sempre lhe são oferecidas condições adequadas para desenvol-

ver os conhecimentos e habilidades necessários para essa atuação.

Outro ponto de destaque é a discussão sobre as competências socioemocionais. Como já mencionado, além dos conhecimentos técnicos e científicos, a atuação docente demanda também habilidades relacionadas à comunicação, empatia, autorregulação emocional, mediação de conflitos e construção de vínculos interpessoais. Nesse sentido, as competências socioemocionais aparecem como elementos fundamentais para o fortalecimento da prática pedagógica e para a constituição da identidade profissional, especialmente diante dos desafios cada vez mais complexos enfrentados pelos professores no contexto universitário.

Conclui-se que a identidade docente não é um produto acabado, mas um processo permanentemente construído e reconstruído nas relações, experiências e práticas profissionais. Ao destacar a fragilidade de políticas voltadas ao desenvolvimento pedagógico e à formação continuada, o estudo aponta para a necessidade de superar uma visão individualizante da docência, reconhecendo que a construção da identidade profissional depende igualmente de condições institucionais que favoreçam espaços de diálogo, formação e reflexão coletiva. Assim, fica o convite à análise sobre a função das instituições de ensino superior na formação integral de seus docentes, reforçando a necessidade de investimentos em qualificação técnica, desenvolvimento pedagógico e fortalecimento das dimensões humanas da prática educativa.

Referência

MONTEIRO, Erica Andréia Cortez et al. A identidade do docente do ensino superior: um processo de construção. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 8, n. 5, p. 1-21, 2026. DOI: 10.56238/arev8n5-121.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: ENTRE INOVAÇÃO, HUMANISMO E REGULAÇÃO

Ma. Iza Valéria da Silva Pires

A incorporação da Inteligência Artificial (IA) na educação superior exige um equilíbrio fundamental entre avanço tecnológico e princípios humanistas. Seguindo as diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), a IA deve ser compreendida como um recurso pedagógico complementar, pautado pela ética, transparência e desenvolvimento da autonomia discente.

Nesse cenário, a preservação da integridade acadêmica impõe uma revisão necessária das práticas avaliativas. É essencial valorizar metodologias que privilegiem o protagonismo do estudante e o pensamento crítico, evitando que ferramentas automatizadas comprometam a autoria intelectual. Na Unifev, o Núcleo de Apoio e Desenvolvimento Docente (Nadd) assume o papel estratégico de orientar a formação continuada, capacitando os docentes para integrar a IA de forma crítica e ética em suas práticas pedagógicas.

O uso dessas ferramentas é favorável desde que orientadas pela responsabilidade e pelo compromisso com a formação integral dos estudantes. Ao alinhar a inovação às Diretrizes Curriculares Nacionais, buscamos assegurar que a tecnologia potencialize o ensino sem prescindir da reflexão humana e da qualidade acadêmica. Esta abordagem garante que nossa Instituição permaneça na vanguarda educacional, promovendo uma inclusão digital consciente e produtiva.

Referência

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial de IA na Educação**. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/referencial-de-ia-na-educacao>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Texto Referência - **Inteligência Artificial** - Consulta Pública. Brasília, DF: CNE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2026/maio-2026/texto-referencia-inteligencia-artificial-consulta-publica.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SEMEANDO NO INTERIOR: EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA

Dr. Lauro Lodo Prado

A expansão e a interiorização do ensino superior no Brasil, intensificadas a partir dos anos 2000, representaram um marco central na redução das desigualdades socioespaciais históricas do país. Ao descentralizar o acesso à universidade, majoritariamente concentrado nas capitais e regiões metropolitanas desenvolvidas, houve um processo de extensão de oportunidades educacionais e de cidadania para as populações não metropolitanas periféricas.

Sob a ótica do desenvolvimento socioeconômico regional, a fixação de novos câmpus universitários atua como um vetor dinâmico de transformação local. No curto prazo, essas instituições impulsionam a economia dos municípios-sede através do incremento na demanda local por comércio e serviços. No longo prazo, promovem o acúmulo substancial de capital humano, gerando um aumento no estoque de profissionais qualificados e postos de trabalho técnico, além de fomentar cadeias multiplicadoras de emprego e inovação.

Entretanto, a literatura aponta o desafio crítico da contradição entre “expandir e sustentar” em cenários influenciados por políticas de austeridade neoliberais. Para que a democratização do ensino superior seja efetiva, a ampliação de vagas exige a contrapartida de políticas públicas robustas de assistência e permanência estudantil. Sem o devido financiamento contínuo para moradia, transporte e alimentação, as vulnerabilidades socioeconômicas dos novos discentes põem em risco a retenção acadêmica, transformando o sonho do acesso em exclusão precoce. Conclui-se que o sucesso do desenvolvimento territorial via educação superior requer um compromisso contínuo das partes envolvidas, garantindo a sustentabilidade financeira tanto da infraestrutura quanto do estudante inserido nesse novo ecossistema.

Referência

BARBOSA, Marcelo Ponte; PETTERINI, Francis Carlo; FERREIRA, Roberto Tatiwa. Avaliação do impacto da política de expansão das universidades federais sobre as economias municipais. **Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec)**, 2015. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_l/112-6599011d2e3082ef34b038002f88e41c.pdf. Acesso em: 15 jun. 2026.

BERRY, Christopher R.; GLAESER, Edward L. The divergence of human capital levels across cities. **Papers in Regional Science**, v. 84, n. 3, p. 407-444, 2005.

COSTA, Maria Raimunda Santos da. Contextualizando expansão e interiorização no campo da educação brasileira. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 7, n. 3, p. 250-276, set./dez. 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: UFG, 2001.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NIQUITO, Thais Waideman; RIBEIRO, Felipe Garcia; PORTUGAL, Marcelo Savino. Impacto da criação das novas Universidades Federais sobre as economias locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 51, 2018.

SANTOS, Luiza Mikaela de Sá; ROCHA, Roberta de Moraes; JUSTO, Wellington Ribeiro. Impacto da expansão e interiorização das universidades federais no Brasil na atração de mão-de-obra qualificada e na criação de postos de trabalho (2002 a 2010). **PPGECON-UFPE/CAA, URCA**, [s.d.]. Disponível em: <https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/1771/Arquivo-1.pdf> Acesso em: 15 jun. 2026.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE, A TRADICIONAL AVALIAÇÃO OBJETIVA AINDA TEM SALVAÇÃO?

Dr. Wagner Moneda Telini

Se os novos currículos dos cursos de educação superior em saúde priorizam a formação por competências, ainda há espaço para um modelo de avaliação puramente teórico, conteudista e disciplinar? O processo de avaliação dos estudantes passa por verdadeira revolução, da tentativa de aprimoramento dos clássicos processos somativos disciplinares, à implementação das complexas redes de avaliação programática. Encorajados pelas práticas inovadoras de sala de aula, de investigação e de formação docente, os colegas professores (bem) intencionados buscam pelo aprimoramento da matriz de conteúdos dos seus bancos de itens, melhoram as comandas de suas questões de avaliação, atentam-se para a capacidade de discriminação das questões objetivas e revisam os distratores de suas alternativas. Indubitavelmente, tudo isso leva ao crescimento da qualidade do processo. Docentes engajados na evolução do processo de avaliação de estudantes produzirão questões melhor formuladas, com maior capacidade de avaliação somativa do processo de ensino-aprendizagem. Até aí, tudo indo bem!

Se, por um lado, encontra-se o professor, entusiasmado com todo o reforço de seu arsenal avaliativo, há, do outro, o estudante, com intencionalidade distinta neste processo, geralmente, em busca constante de novos mecanismos de alcance da nota bimestral, independente do desenvolvimento de conhecimento. O estudante, pressionado pelo poder somativo da avaliação, prioriza o alcance da nota média e o conceito de suficiência, e a reflexão sobre o processo avaliativo se torna, então, menos relevante.

Em suma, hoje em dia, há o professor buscando métodos de melhorar a discriminação de suas questões, e, do outro lado, o estudante, em busca de soluções lógicas, análises de convergência, coerência, e outras estratégias de sobrevivência para, simplesmente, reagir ao processo avaliativo. Se há alguma preocupação com o conteúdo, é superficial, voltada à busca dos tópicos “preferidos” pelo professor, aqueles que aparecem com maior prevalência em suas avaliações, para uma memorização rápida e que alcança, no máximo, o domínio cognitivo superficial (1).

Só há algo em comum entre estes dois lados. Tanto professor, quanto estudante, celebram o sucesso do processo. O importante é alcançar bons resultados! Todos se tranquilizam a partir daí. Chamo isso de “mal de ir bem na prova”. David Boud (2) discute como a avaliação molda a identidade do estudante e como o foco excessivo na certificação destrói a capacidade de autoavaliação e a aprendizagem. Testes isolados medem apenas o ganho cognitivo imediato, gerando uma falsa sensação de competência (3,4). É aí que professor e estudante se enganam. Estamos diante de um processo avaliativo de visão restrita, puramente cognitivo, teórico, com pouca capacidade de aferir ganhos e competências atitudinais e procedimentais (5). Se há, neste processo, alguma salvação, é a análise crítica e política dos itens com maior validade, em busca de falhas no processo

de ensino-aprendizagem, oportunas ao melhoramento (6). Eu digo que é o lado “bom de ir mal na prova”. Encarar o processo avaliativo somativo e suas limitações pode ser a solução. Poupar tempo letivo, entre as atividades de ensino do semestre, para devolutiva e ações de reparo, pode dar nova luz à clássica “prova teórica”.

Referência

- (1) BIGGS, John. **Teaching for quality learning at university**: what the student does. 2. ed. Berkshire, Reino Unido: Open University Press, 2003.
- (2) BOUD, David; FALCHIKOV, Nancy. **Aligning assessment with long-term learning**. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, v. 31, n. 4, p. 399-413, 2006.
- (3) VAN DER VLEUTEN, Cees P. M. **The assessment of professional competence: developments, research and a practical guide**. *Advances in Health Sciences Education*, v. 1, n. 1, p. 41-67, 1996.
- (4) VAN DER VLEUTEN, Cees P. M. et al. **A model for programmatic assessment fit for purpose**. *Medical Teacher*, v. 34, n. 3, p. 205-214, 2012.
- (5) VIEIRA, Mariana de Sousa Nunes; COSTA, Nilce Maria da Silva Campos; PEREIRA, Edna Regina Silva. Avaliação da aprendizagem no ensino superior em saúde. **Medicina (Ribeirão Preto)**, v. 57, n. 2, p. e-214928, dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-7262.rmrp.2024.214928>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rmrp/article/view/214928>. Acesso em: 2 jun. 2026.
- (6) BOLLELA, Valdes Roberto; BORGES, Marcos de Carvalho; TRONCON, Luiz Ernesto de Almeida. Avaliação somativa de habilidades cognitivas: experiência envolvendo boas práticas para a elaboração de testes de múltipla escolha e a composição de exames. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 4, p. 74-85, out./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v42n4RB20160065>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/9dnZCHRwdQKjFt7vH4DcR6n/>. Acesso em: 2 jun. 2026.

ALUNOS NO COMANDO: O SEMINÁRIO COMO PROTAGONISMO DE APRENDIZAGEM COLETIVA

Me. Walter Francisco Sampaio Neto

O seminário é uma estratégia clássica de aprendizagem que fortalece o protagonismo dos estudantes na construção do próprio saber ao transferir-lhes a condução do encontro, sendo frequentemente associado a aulas expositivas. Contudo, nada impede o uso de outras estratégias, como: debates ou diálogos socráticos. Seu objetivo principal é fomentar a percepção de novas ideias, questionamentos e perspectivas sobre um tema por meio da leitura crítica e da discussão coletiva da problemática.

Para garantir a eficiência dessa ferramenta, o docente deve atentar-se à divisão e coordenação dos grupos, à orientação clara dos materiais, ao incentivo à pesquisa além das referências básicas e à elaboração de um texto didático acompanhado de um roteiro. Durante a apresentação os alunos devem demonstrar domínio do conteúdo, clareza, organização na técnica utilizada na apresentação, zelo no cumprimento do tempo e espírito investigativo, extrapolando as referências indicadas pelo professor, explorando outras fontes fidedignas para além das referências indicadas. Ao final, o professor, na qualidade de mediador, deve conduzir um momento de reflexão e discussão crítica, visando à construção de um entendimento coletivo.

Conclui-se, assim, que o seminário estimula a postura investigativa e o aprendizado da pesquisa por meio da seleção de métodos adequados e argumentos técnicos. Entretanto, o docente deve ser sempre transparente quanto aos critérios avaliativos e ao funcionamento da dinâmica, assegurando que cada estudante atue em sua potencialidade para atenuar riscos de desmotivação ou de falta de participação.

Referência

CUNHA, Arielly Kizzy; BOZZO, Anderson Valentino; SILVA, Alexander Vinicius Leite da. O uso do seminário como facilitador no processo de ensino e aprendizagem de linguagens computacionais. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 28, e045, 2021. ISSN: 1983-1730. Epub 29-Jun-2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/er-v28a2021-45>. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-17302021000100402. Acesso em: 08 jun. 2026.

KLAFKE, Guilherme Forma; FEFERBAUM, Marina. **Metodologias ativas em direito**: guia prático para o ensino jurídico participativo e inovador. São Paulo, Atlas, 2020. ISBN 978-85-97-02524-8.